



LEI Nº 764 /2021

de 23 de Agosto de 2021.

**DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE GUARDA
SUBSIDIADA PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO
SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO INTERINO MUNICIPAL DE
PEDRA BRANCA, ESTADO DO CEARÁ, SR. FRANCISCO
SEVERO CARNAÚBA, no uso das atribuições legais que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a
CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte L E I:

Art. 10. As crianças e adolescentes, em caso de
falecimento, abandono, negligencia, ameaça e violação dos seus
direitos fundamentais por parte de seus pais ou responsável, em
havendo destituição de guarda ou tutela, suspensão ou destituição
de poder familiar, ou ainda afastamento cautelar de sua família de
origem, serão colocadas em família substituta com grau de
parentesco e com quem a criança ou adolescente possua vínculos de
afinidade e afetividade, por prazo determinado, na forma de guarda
subsidiada, nos termos da presente Lei.

Parágrafo único. O objetivo do amparo da criança ou
adolescente sob guarda subsidiada é o de proporcionar meios
capazes de readaptá-los ao convívio da família e da sociedade, com
possibilidades de retorno à família de origem ou adoção, conforme o
caso.

Art. 20. A instituição do Programa de Guarda Subsidiada
constituir-se-á numa alternativa de atendimento à criança e
adolescente, dentro dos princípios estabelecidos pela Lei Federal no
8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.



Art. 30. O Programa de Guarda Subsidiada, objetiva:

- I - Oferecer um lar familiar para crianças e adolescentes violados em seus direitos;
- II - Proporcionar ambiente sadio de convivência;
- III - Oportunizar condições de socialização;
- IV - Oferecer atendimento médico-odontológico, social e moral e/ou orientações;
- V - Oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e a profissionalização;
- VI - Integrar a comunidade ao Programa de Guarda Subsidiada;

Art. 40. A Guarda Subsidiada se constitui na guarda de criança ou adolescente por família com grau de parentesco, capacitada, residente no Município de XXXX, que tenha condições de receber e manter condignamente, oferecendo os meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 10. Serão admitidos apenas os familiares das crianças e adolescentes a serem acolhidas nos termos desta Lei, caso em que será realizado o cadastramento, emissão de parecer psicossocial, diagnóstico socioeconômico e encaminhamento dos autos do Poder Judiciário para inclusão da criança ou adolescente nessa unidade familiar de guarda subsidiada.

§ 20. A Secretaria de Trabalho e Assistência Social, numa atuação articulada e integrada, providenciará o acompanhamento e a adaptação da criança ou adolescente, com vistas à permanência temporária sob a guarda da família guardiã.

§ 30. A colocação de crianças e adolescentes sob guarda faz com que a família guardiã seja responsável por prestar-lhes assistência material, moral e educacional, nos termos dos arts. 33 a 35, da Lei Federal no 8.069/90.

Art. 50. As famílias interessadas serão cadastradas pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social, de Pedra Branca-CE, após



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO



análise e orientação por equipe interdisciplinar a serviço daquele órgão, habilitação para acolher crianças ou adolescentes sob sua guarda, na forma da Lei.

§ 1º A seleção das famílias guardiãs levará em conta o local de moradia, o espaço físico, o ambiente familiar, a motivação e o preparo para o acolhimento de crianças e adolescentes, conforme determina a Lei Federal no 8.069/90.

§ 20. A equipe interdisciplinar definirá o número de crianças e adolescentes que cada família acolherá, a partir do estudo de caso, considerando a situação da criança ou adolescente e também da família guardiã.

§ 30. Os grupos de irmãos serão colocados sob a guarda da mesma família guardiã, salvo comprovada impossibilidade, observado o disposto no art. 28, §40, da Lei Federal no 8.069/90.

§ 40. A falta de condições materiais não é motivo para que a criança ou adolescente deixe de ser colocada sob a guarda da família habilitada, especialmente em havendo relação de parentesco, cabendo a inclusão desta, em caráter prioritário e precário, na bolsa auxílio guarda subsidiada.

Art. 60. Fica criada a bolsa auxílio guarda subsidiada no valor pecuniário mensal e pro rata corresponde a (1/2) meio salário mínimo.

Parágrafo único. Na hipótese de grupo de irmãos, a concessão não ultrapassará o valor de 02 (dois) salários-mínimos mensais e pro rata.

Art. 70. A escolha da família guardiã caberá ao Juiz da Infância e Juventude, a partir de informações técnicas fornecidas pela Secretaria de Assistência Social.

§ 10. A colocação da criança ou adolescente sob a guarda da família habilitada observará o procedimento próprio previsto nos arts. 165 a 170, da Lei Federal no 8.069/90.



§ 20. A família guardiã assinará Termo de Guarda da criança ou adolescente, na forma do previsto no art. 32, da Lei Federal no 8.069/90.

§ 30. Sempre que necessário, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social fornecerá assistência jurídica à família guardiã, para viabilizar a concretização da medida e/ou, quando for o caso, para fixação do regime de visitas e cobrança de alimentos junto aos pais da criança ou adolescente acolhida, na forma prevista pelo artigo 33, §40, da Lei Federal no 8.069/90.

Art. 80. Caberá à Secretaria do Trabalho e Assistência Social o acompanhamento das crianças e adolescentes colocados sob guarda subsidiada através de equipe técnica interdisciplinar, que também prestará a necessária orientação, Trabalho e o amparo psicológico à família guardiã e à família de origem, observados os princípios relacionados no art. 100, parágrafo único, da Lei Federal no 8.069/90.

Art. 90. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente manterá acompanhamento constante e fiscalização do programa de Guarda Subsidiada, cabendo o registro e a articulação deste com outros programas em execução no município nas áreas da educação, saúde e ação social, de modo a permitir que crianças e adolescentes sob guarda, bem como famílias guardiãs e de origem que deles necessitem, sejam a eles rapidamente encaminhados, gozando de prioridade de atendimento, na forma do previsto no art. 40, par. único, letra "b", da Lei Federal no 8.069/90.

Art. 10. O descumprimento de qualquer das obrigações contidas no art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como de outras estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei, implicará em desligamento da família do Programa, com imediata comunicação à autoridade judiciária para a tomada das medidas cabíveis, inclusive eventual destituição de guarda, conforme previsto no art. 35, da Lei Federal no 8.069/90.

Art. 11. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias próprias a serem consignadas nos orçamentos da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO



Art. 12. Para efeitos de pagamento, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, Trabalho e Habitação emitirá declaração, observando-se as condições de guarda bem como o período de atendimento em cada caso.

Art. 13. O Poder Executivo, por intermédio de técnicos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, regulamentará a presente Lei no prazo de trinta (30) dias, elaborando projeto próprio que levado a registro no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do previsto no art. 90, incisos II e III e §10, da Lei Federal no 8.069/90.

Parágrafo único. Do projeto que regulamentará a presente Lei constará, dentre outras disposições: requisitos mínimos e forma de cadastramento, seleção e habilitação das famílias guardiãs; critérios para o encaminhamento e acolhimento de crianças e adolescentes, com observância dos princípios estabelecidos pelos arts. 28, 92, 94, 100 e 101, da Lei Federal no 8.069/90; prazo para reavaliação da situação da criança ou adolescente, com vista a proporcionar seu retorno à família de origem ou adoção, conforme o caso, da forma mais célere possível; proposta detalhada de atendimento, inclusive das atribuições da equipe técnica encarregada do acompanhamento da execução do Programa; articulação com outros programas em execução no município etc.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA, AOS
23 DE AGOSTO DE 2021.


Francisco Severo Carneuba
Prefeito Interino Municipal de Pedra Branca